



---

## **Ressonâncias da amizade e a ética das virtudes aristotélicas: formação dos professores e as práticas pedagógicas**

---

Por MATEUS DE FREITAS BARREIRO  
ALONSO BEZERRA DE CARVALHO

mateusfbb@gmail.com  
alonsoprofessor@yahoo.com.br

Neste artigo será discutido o percurso de pensamento que abrange o campo da formação de professores e as práticas pedagógicas, em que a Filosofia da Educação se propõe a investigar os problemas educacionais com base na reflexão da filosofia, pois a produção do conhecimento filosófico faz parte da reflexão dos processos educativos. Ao investigar áreas do conhecimento como a Filosofia e a Educação, há um enorme esforço para se conhecer amplamente as produções bibliográficas sobre a filosofia de Aristóteles, a formação de professores e as práticas pedagógicas.

É certo que o ideal de formação ética em Aristóteles, não deva ser tomado como um modelo a ser integralmente implantado, mas, com base nas tensões e reflexões com outros autores que também discutiram problemas relevantes para as atuais práticas de educação, é possível caminhar por temáticas pouco exploradas, que podem proporcionar contribuições para o desenvolvimento de práticas que visem trabalhar eticamente as relações de amizade, dentro e fora da sala de aula.

A discussão sobre a retomada dos conteúdos de Aristóteles no debate atual da educação, não tem por objetivo expor argumentos para legitimar a filosofia aristotélica como uma verdade abstrata que contém soluções definitivas para os problemas educacionais. Mas a proposta de repensar Aristóteles na sala de aula é mais modesta, pois se entende que a filosofia aristotélica foi um pensamento que contribuiu imensamente para a formação humana em seu próprio tempo, sendo uma das condições necessárias para que, eventualmente, possam repensar problemas de outros tempos ou do nosso tempo. Para repensar Aristóteles, é preciso compreender que a filosofia não deve ser entendida como um sistema fechado, mas é um saber que pode apresentar contínuas integrações com a educação para fornecer possibilidades de se orientar nela. Entretanto, ao pensar a formação de





professores e as práticas pedagógicas com a base em Aristóteles e em outros autores, é necessário sempre respeitar o significado originário dos conceitos, como foi proposto ao longo da dissertação.

Ao se retomar Aristóteles e outros autores no contexto ético-educacional atual, será inevitável abrir mão de alguns períodos históricos que fazem parte da passagem da Grécia Antiga para a modernidade, dados os limites de, que não conseguirá abarcar a história de vários séculos sobre as questões que envolvem a amizade e ética.

O contexto cultural da Grécia Antiga considerava como membros da *pólis* apenas os cidadãos livres que dispunham de pensamentos que poderiam contribuir com a comunidade política, mas os cidadãos livres não se ocupavam dos trabalhos que exigiam esforços físicos, como aqueles que eram realizados pelos escravos. A concepção de *pólis*, na Grécia, não abrangia a noção de direitos humanos, mas todos os indivíduos deveriam contribuir valendo-se de suas características intrínsecas para o bem comum, tal como era concebido naquele tempo.

No período em que Aristóteles vivenciou a amizade<sup>1</sup> em uma perspectiva política, bem como sua relação com a liberdade, os elos entre os membros da cidade eram a condição primordial para os cidadãos participarem politicamente em sua comunidade e, quanto maior sua participação, maior seria sua liberdade. Em relação à implicação da liberdade que a expressão política tem para os modernos, a amizade política poderia ser pensada no sentido de visar à participação política do cidadão para o bem comum da sociedade em termos de direitos individuais e coletivos, haja vista que atualmente, o pensar exclusivamente nos interesses individuais, se sobrepõe em relação aos interesses coletivos.

O costume em pensar nos interesses coletivos da cidade, é próprio da amizade política, que na Antiguidade ocorria em um espaço público-político. Mas nos dias de hoje, a amizade política, está perdendo espaço para as relações sociais que são voltadas para os interesses em bens privados, sendo característico de um modo de viver utilitarista, em que se visa obter

---

<sup>1</sup> “acerca da natureza da amizade, já que ela é uma virtude ou implica virtude, e além disso é extremamente necessária à vida” (*EN VII*, 1155/2012a, p. 163)



meios eficazes para atingir finalidades que podem servir a determinados aparelhos ideológicos como o Estado, as organizações e a família.

Na Renascença foi possível constatar a falta de interesse por parte dos filósofos em relação à amizade. Bacon, por exemplo, trata da amizade de modo breve, dedicando-lhe poucas páginas em seus célebres Ensaios e Kant faz o mesmo em suas Lições de ética. Schopenhauer, Nietzsche e Croce também escreveram a respeito da amizade mas, apenas, pode-se dizer com a mão esquerda (BALDINI, 2000, p.11). Em *Genealogias da Amizade*, ao analisar o capítulo em que Ortega (2002), trata sobre a amizade na Renascença, se constata que Montaigne afastou-se das discussões sobre as contribuições que a amizade política tem para o bem do Estado. Mas, curiosamente, Montaigne se aproximou da tradição aristotélico-ciceroniana ao conceber que o ato da escrita e da amizade exige o retiro da sociedade, porque se trata de algo excepcional, assim como a amizade perfeita é algo para poucas pessoas (ORTEGA, 2002, p. 93-101). Foi na Renascença, sobretudo, a partir do pensamento de Montaigne, que a amizade se tornou um fenômeno exclusivo do espaço privado, um acontecimento que se restringe a ele e ao amigo, que se afasta da noção de amizade como um fenômeno público (ORTEGA, 2002, p.95). É notável que o declínio da amizade política e a ascensão da organização familiar, haviam ocorrido muito antes da Renascença e se deve, principalmente, a uma herança proveniente da tradição cristã, que teve seu ápice na Idade Média, mas que ainda se perpetua na sociedade contemporânea sob uma óptica mercantilista. Desse modo, o processo de construção cultural em torno da amizade é fortemente marcado pela cultura de cada época, mas o modo como a concepção de amizade foi se modificando ao longo da história, faz parte um processo heterogêneo de pensamentos que sofre rupturas e continuidades.

A amizade enquanto um problema do conhecimento vem sendo retomada no século XX e XXI por filósofos, educadores, sociólogos e psicólogos que investigam a amizade dentro do espaço privado, que foi iniciada com na Renascença. Mas é preciso salientar que atualmente a inserção da amizade na esfera privado-familiar, apresenta uma conotação consumista que reflete as crises que a instituição familiar vem passando nas últimas décadas. Basta





observarmos as crises entre pais e filhos e o aumento constante da taxa de divórcios nas últimas décadas.

Mas paradoxalmente, a família enquanto ideologia se apresenta na mídia e em diversos contextos sociais, como um ideal de solução para os problemas do cotidiano que incluem a violência, o individualismo e a atual crise da ética. A amizade também parece sofrer essa crise, pois as relações humanas estão cada vez mais pautadas nas amizades por utilidade, em que os indivíduos são valorizados por sua função social em agregar benefícios, números e status social. Aristóteles já havia alertado que as amizades por utilidade e por prazer não são duradouras e tendem a se perpetuar apenas em função de sua finalidade. A crise atual nas relações sociais é peculiar ao próprio processo de subjetivação que a sociedade contemporânea produz em que a amizade por utilidade e prazer, são valorizadas em diversos meios sociais, incluindo até mesmo a sala de aula.

Ao discutir a importância da ética em Aristóteles no campo educacional, há possibilidades de vislumbrarmos mudanças na formação ética de alunos e professores na tentativa de formar cidadãos virtuosos. Porém, a tentativa em desenvolver a ética na sala de aula, é uma tarefa árdua, pois os esforços necessários para ser virtuoso, tende a se chocar com a cultura utilitarista e hedonista da sociedade contemporânea, em que coisas precisam ter soluções rápidas e prazerosas.

Aos poucos a dinâmica das relações virtuais se estende para outros planos, que podem incluir a sala de aula. A tendência é a de que essas relações “online” aumentarão cada vez mais o consumo desses aplicativos, que tem se expandido devido à promessa implícita de preencher uma sensação de vazio que a sociedade contemporânea produz. Além das redes sociais, ainda existem inúmeras ferramentas digitais que também podem auxiliar as pessoas na promoção de encontros construtivos, como no caso das vídeos-conferências, que permite a troca de informações entre pessoas em diferentes espaços geográficos. Algumas tecnologias





digitais como o Moodle<sup>2</sup>, também poderão auxiliar a mediar as intenções pedagógicas que podem contribuir para a construção do conhecimento entre professor e aluno.

A sala de aula é um dos principais meios para a formação ética, mas ainda é uma instituição que apresenta dificuldades para se desvencilhar de costumes sociais utilitaristas e hedonistas da sociedade contemporânea. Para Silva (2014) o processo de socialização do indivíduo se concretiza por meio da educação, compreendida em sentido amplo. Entretanto, esta não é uma relação mecânica, pois os valores da cultura se modificam. Nem sempre os valores de um tempo são aqueles que remetem à vida, à dignidade humana e à solidariedade. Não estamos incólumes ao meio, à cultura da qual fazemos parte, que exerce uma enorme força sobre nós. É nisso que reside o que nos desafia enquanto professores e educadores que temos que educar moralmente os nossos alunos, seres muito mais sensíveis e vulneráveis às determinações do meio social (SILVA, 2014, p. 176). O desejo que as pessoas têm em preencher o vazio existencial característico da sociedade contemporânea tende a afetar mais ainda os adolescentes, que estão em uma fase de formar grupos de amigos e vivenciar novas experiências. A amizade por prazer também pode ser concebida como uma das buscas de identificação entre os membros de um grupo de amigos, mesmo que essa identificação também inclua os desdobramentos da experiência do uso de substâncias que alteram os estados mentais.

Nas escolas, a amizade nas redes sociais poderia ser um recurso de aproximação entre a escola e o aluno, para estimular reflexões sobre a ética e os cinismos que são comuns dentro desses canais de comunicação, que retratam uma dualidade entre “o ser e ter”. Porém este preceito foi transposto para atitudes narcísicas que retratam o “o ter e o aparentar ter”, o que simboliza o desespero dos indivíduos em evidenciar o que não é, mas gostaria de ser e/ou ter para inserir-se na nova ordem econômica. Ao pensar como a educação está imbricada em uma lógica utilitarista, em que a sala de aula é concebida apenas como um local para formar

---

<sup>2</sup> No livro “Moodle: estratégias pedagógicas e estudos de caso” há diversos artigos que tratam sobre a plataforma Moodle. O livro é dividido em duas partes: na primeira parte, se discutem Estratégias pedagógicas para o ambiente Moodle. Na segunda parte do livro, se refere aos artigos que tratam sobre as ferramentas que foram desenvolvidas para potencializar a mediação entre a plataforma e as experiências vivenciadas no Moodle que fomentaram o desenvolvimento das investigações. (SANTOS *et al*, 2012)



sujeitos racionais e como isso pode ocasionar um processo de patologização, já que tudo aquilo que foge às normas da escola é concebido como anormalidade, é preciso encontrar mecanismos de apropriação dessa nova realidade em prol do desenvolvimento ético. A atitude crítica perante aos hábitos hedonistas da modernidade, requer formação, e antes de tudo, um esforço para reorientar os pensamentos individualistas, em que a formação ética poderá contribuir no cotidiano dos alunos e professores.

Antes de iniciarmos as discussões sobre a importância da amizade e da “ética das virtudes” como elemento para refletir sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas na sala de aula nos dias de hoje, será preciso realizar uma breve digressão sobre a retomada da filosofia prática de Aristóteles nas últimas décadas. No século XX até os dias atuais, o pensamento de Aristóteles foi apropriado por diversas escolas filosóficas, como o neo-humanismo alemão (Adolf Lason, Jaeger e Natorp), passando pelos anos 20 com a releitura de Heidegger que, por vezes, o aproximava e distanciava de Aristóteles. A mais extensa releitura de Aristóteles foi realizada na primeira metade do século XX, pela filosofia analítica, em Oxford e Cambridge (David Ross, John Austin e Kripke) e, por fim, há um renascimento nos 60 e 70 da filosofia prática de Aristóteles, na Alemanha e Estados Unidos<sup>3</sup>.

Um dos principais autores que retomou Aristóteles para tratar da importância que as relações humanas têm para a formação do indivíduo virtuoso, é o filósofo alemão Gadamer, que lançou a obra *Verdade e método* em 1960. Gadamer (1999) sustenta que para Aristóteles, a *phronesis* é uma "virtude espiritual", que se trata de uma capacidade (*dynamis*), em que uma determinação do ser moral não poderá existir sem o conjunto<sup>4</sup> das "virtudes éticas". Embora a virtude ao ser exercitada, faça que se diferencie o factível do infactível, ela não é simplesmente uma inteligência prática e uma engenhosidade universal (GADAMER, 1999,

<sup>3</sup> Para a compreensão mais aprofundada a respeito das escolas filosóficas do século XX que se apropriaram do pensamento de Aristóteles, ler: Aristóteles no século XX (BERTI, 1997).

<sup>4</sup> Zingano (2007) entende que a tese da “doutrina forte” da conexão das virtudes (morais) entre si, em que o indivíduo que possui uma virtude, tem todos parece excessiva, pois não é provável que Aristóteles tenha adotado essa concepção. Pode acontecer que, em certas ações, seja preciso recorrer a várias virtudes; por exemplo, em uma guerra, pode ser que além da coragem, a virtude ligada a este tipo de evento, também seja a justiça e a generosidade. É certo que em muitas situações, um certo número de virtudes é preciso para que encontremos uma ação virtuosa, mas nada diz que, para toda a ação, será preciso pressupor que seja necessário ter um bom número de virtudes (ZINGANO, 2007, p. 397).





p. 64). Portanto, Gadamer retoma a filosofia prática de Aristóteles, ao propor uma hermenêutica do diálogo que envolve um saber vinculado ao ser que produz o conhecimento e pratica suas ações virtuosas, que se contrapõe a separação entre sujeito-objeto que a ciência moderna propõe. Na filosofia de Gadamer, o diálogo é um modo de abertura à alteridade, em que o outro tem um espaço privilegiado nas relações sociais, pois a hermenêutica poderá propor uma possibilidade de se aproximar do outro por uma dinâmica existencial, pois o ser humano é compreensivo, é pelo diálogo que somos sempre suscetíveis a novas interpretações.

Essa tradição do dialogar existe desde a tradição socrático-platônica, sendo que a hermenêutica, concebe a alteridade a partir do resgate dessa tradição grega, ao delimitar o diálogo nos moldes da subjetividade moderna (HERMAN, 2014, p. 145). Desse modo, a compreensão da subjetividade moderna na filosofia de Gadamer, é realizada por meio de uma hermenêutica que utiliza o conceito de prudência aristotélica e a ideia de diálogo platônica. As contribuições de Gadamer para o campo da educação, dizem respeito ao diálogo como uma forma de trabalhar a alteridade, que se trata de uma proposta de cuidado do outro.

Uma das principais formas de proporcionar um diálogo que preconize a alteridade é pela experiência da amizade, que possibilita o diálogo como um meio de formar eticamente o aluno, porém, é preciso que o professor também esteja aberto para educar-se nessa relação. Lembrando que na filosofia aristotélica, a primeira condição para que uma amizade virtuosa ocorra, é a reciprocidade, visto que não se pode ser amigo de alguém que não queira ser meu amigo, assim como o bem desejado ao amigo, que não deverá visar o próprio bem. Outro aspecto da amizade virtuosa aristotélica, é que ela ocorre entre os iguais, exceto a amizade por prazer e por utilidade que são fundamentadas entre os desiguais.

No contexto educacional atual, o diálogo deve envolver relações de trocas de experiências entre professor-aluno, mas que não se efetiva por uma relação entre pessoas iguais e racionalmente esclarecidas, que objetivam chegar a um consenso entre os pares por meio da linguagem, como propõe em parte a teoria da ação comunicativa de Habermas. Na filosofia de Gadamer, por exemplo, o diálogo não precisa ser entre os iguais, mas se inscreve no registro de uma experiência que tem a função de abrir-se ao outro para transformá-lo e se





transformar, sem que seja necessário ser igual a esse outro ou chegar a um consenso, visto que a relação com outro é imprevisível.

O acesso à alteridade poderá vir justamente a partir da experiência sobre quem é esse outro, mas não no sentido de conhecer esse outro como um objeto do conhecimento, e sim criar um modo de abertura para a alteridade. O próprio Gadamer sustentou ser preciso que à docência proponha uma capacidade para o diálogo, especialmente quando o professor compreende que para ensinar, é necessário expor o pensamento, evidenciando que a estrutura monológica da ciência não é algo que contribua para a comunicação. Desse modo, a abertura ao outro pelo diálogo é, principalmente, uma disposição para ouvir e construir um mundo comum (HERMAN, 2014, p. 151).

Mesmo havendo diferença entre o professor-aluno, este encontro é constituído em um espaço comum – a sala de aula, que pode ser um lugar não apenas voltado para a aprendizagem de conteúdos utilitaristas, mas um lugar onde também é possível se relacionar com o outro, contribuindo para a formação de um sujeito com senso de justiça e responsabilidade perante a sociedade. Outro aspecto que diz respeito se a amizade ocorre entre os “iguais” ou “desiguais”, refere-se a como são formados os vínculos entre professor-aluno e aluno-aluno na educação inclusiva, que a princípio não ocorre entre iguais. Primeiramente é preciso que o professor seja responsável por visar o bem deste aluno, antes de visar seu próprio bem, mas sem que isso impeça o professor de modificar-se nesta relação. Além disso, é comum que haja a exclusão do deficiente como possibilidade afetiva de ter amigos, namorar ou casar. Esses estereótipos são sustentados por valores sociais irrefletidos, em que as instituições como a escola, tende a reproduzir valores que não levam em consideração como os afetos são constituídos em cada sujeito. É fundamental que o deficiente não seja desvalorizado pelas suas diferenças, mas os professores devem estar preparados para trabalhar as emoções, a partir de um domínio que fornece outro ponto de vista, em que o recorte da existência do deficiente esteja fora de um lugar comum que tipifiquem os papéis sociais, desejos e a maneira como os afetos devem ser sentidos.

Por outro lado, é preciso pontuar as diferenças entre a amizade professor-aluno na atualidade, sem delimitar as diferenças advindas deste vínculo; haverá uma incongruência de





ordem epistemológica e pedagógica. A formação do indivíduo virtuoso na Grécia Antiga ocorreu em um contexto no qual a amizade entre professor-aluno envolvia uma relação de amizade entre mestre-discípulo. O mestre não é apenas aquele que transmite verdades para o discípulo memorizar, como se não houvesse uma história de vida e uma realidade social entrelaçada entre ambos. Este entrelaçamento entre história de vida e realidade social poderia ser o ponto de partida para a construção e interlocução de ambos, para que possa ser construído um diálogo que questione sobre as instituições contemporâneas, que deveriam formar cidadãos críticos e virtuosos. Basta lembrar-se da famosa frase atribuída a Aristóteles “Amicus Plato sed magis amica veritas” - Platão é amigo, mas a verdade é mais amiga. (ROSSO, 2014, p. 444). Desse modo, a relação professor-aluno não deve ser entendida no sentido do senso comum, como um mero vínculo amistoso entre duas pessoas. O objetivo da amizade em um contexto educacional requer determinadas condições para que o professor estabeleça propostas práticas para que o aluno possa tentar ser virtuoso em suas ações, bem como instigar o aluno a chegar a ser um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

É certo que todas as relações de amizade passam por tensões, inclusive a relação entre professor e aluno, pais-filhos ou relações amorosas. Primeiramente, a amizade não é um sentimento imutável, mas suas tensões talvez possam ser superadas pelo entendimento das causas que geraram o conflito, em que o encontro entre os amigos tem o sentido de melhorar a si mesmo e o outro. Em contrapartida, nem todo o tipo de amizade se propõe a superar os conflitos inerentes às relações interpessoais, pois o propósito de cada amizade pode variar drasticamente, como propôs o Aristóteles. Uma das saídas para tentar responder a esses conflitos que ocorrem nas relações pessoais, dentro e fora da sala de aula, pode ser por meio de um trabalho sobre a ética das virtudes, que poderá trazer elementos para as reflexões sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas.

A ética das virtudes trata de uma ressignificação da filosofia prática com o propósito de investigar a natureza da virtude e a sua relação com ética, na qual culmina em um conhecimento sobre como a virtude norteia o agir do ser humano, em que se preconiza o sujeito que pratica a ação e não o fato da ação ser boa em si mesma. Isso se deve a ausência



de regras morais que não são previamente estabelecidas para que sujeito deva seguir de modo incondicional, mas a virtude consiste justamente em certo esforço para avaliar uma situação específica, e tomar uma decisão que leve em consideração a alternativa mais benéfica para si mesmo e para o bem comum. É preciso evidenciar que a “ética das virtudes” é um objeto de estudo que não visa construir uma teoria geral apenas da ética ou a virtude, visto que este estudo envolve vários domínios das virtudes que podem contribuir com o campo da ética.

Como se sabe, Aristóteles propõe uma ética baseada nas virtudes, em contraposição, a uma ética universal que se baseia em pressupostos morais que são estabelecidos *a priori*. Para o campo da educação, pretende-se apresentar as contribuições do pensamento aristotélico e de outros autores, no que diz respeito à relevância da “ética das virtudes” para a formação de professores e as práticas pedagógicas, pois a ideia de *Paideia* esteve sempre presente na filosofia prática de Aristóteles, como um modo de ultrapassar a concepção da transmissão de conhecimentos voltada para uma aptidão específica, que pode ser importante para repensar a atual crise ética que privilegia apenas os saberes especializados voltados para uma racionalidade instrumental.

Sobre os autores que retomam as “éticas das virtudes” nas últimas décadas, poderíamos destacar o filósofo Alasdair MacIntyre que publicou o clássico da filosofia contemporânea *After virtue* (1981), em que a retomada sobre “éticas das virtudes” inspirou recentes debates sobre a ética, sendo uma alternativa em relação ao utilitarismo e o universalismo que se afastam do contexto histórico e do particularismo que envolve cada ação de um sujeito que está circunscrito a um determinado tempo. Nesta obra o autor tece críticas sobre filosofia moral do Iluminismo e outros autores que carregam esta tradição universal em meio às políticas liberalistas (MACINTYRE, 2011).

A proposta de MacIntyre ao retomar a “ética das virtudes”, é iniciada com as discussões sobre as virtudes que foram valorizadas em cada período histórico, incluindo o contexto do liberalismo econômico. As virtudes em um domínio do individualismo liberal é uma arena em que cada indivíduo escolhe sua concepção de uma boa vida, mas existem instituições políticas que controlam, e mantém a ordem para tornar essa atividade possível. O Estado e as leis são, ou deveriam ser neutros sobre a concepção do que é uma vida boa para o homem,





embora seja tarefa do Estado promover a ordem às leis. O viés do liberalismo não deveria legitimar a tarefa do Estado em disseminar qualquer perspectiva moral e, em particular, o individualismo.

Mas por outro lado, na perspectiva da antiguidade e medieval, o exercício da virtude dependeu de uma autoridade parental para que as crianças crescessem como adultos virtuosos (MCINTYRE, 2011, p. 227). Atualmente a formação dos indivíduos depende das instituições como as escolas e universidades, mas a ideologia neoliberal tende a extinguir algumas virtudes ou reconhece o bem apenas naquilo que tem relação com a mercadoria, em que o individualismo passa ser considerado uma virtude. O cultivo das virtudes como a sabedoria, justiça e coragem estão perdendo a importância, e dando espaço a ideia de ser famoso, vencedor e individualista. Poderíamos sustentar que o individualismo, não possa ser considerado uma virtude em um sujeito participante do espaço público e político da *pólis*, mas em algumas culturas da sociedade contemporânea, talvez o individualismo seja considerado uma virtude. Entretanto, é importante não cair no relativismo, pois nem tudo que é valorizado por uma cultura, pode ser denominado uma virtude. Por exemplo, ao pensar na perspectiva das éticas da virtude, o individualismo não pode ser entendido como uma virtude, porque não é possível estabelecer as condições que proporcionem praticar o bem comum a partir do individualismo e, portanto, não poderia ser considerado uma virtude.

Como uma tentativa de saída para atual crise ética, a teoria das “éticas da virtude” de McIntyre (2011) propõe que a virtude deva ser definida a partir de três características que são interdependentes: a primeira se refere às virtudes como qualidades necessárias para alcançar bens internos que possibilitem conduzir a práticas virtuosas; a segunda, que considera como qualidade apenas aquilo que possibilitará viver uma boa vida; e a terceira, em que se relaciona o desenvolvimento de prática benéficas para a tradição social vigente (MCINTYRE, 2011, p. 317). Embora esses três elementos da virtude sejam interligados, no terceiro argumento proposto por McIntyre, fica evidente que a virtude é um conceito que foi construído a partir de uma determinada cultura, mas nem sempre aquilo é aceito socialmente como uma virtude, pode ser considerado um bem interno que leva as ações de práticas



benéficas para o bem comum, como é caso da fama e do individualismo, que se trata apenas de um bem externo.

É certo que a aprendizagem da virtude também poderá depender de um conhecimento sobre o que seja o bem comum, e principalmente de um hábito, sem que haja um princípio universal que guie a conduta humana. A experiência da amizade pode ser um dos elementos que possibilite incorporar o hábito de ser virtuoso, pois a alteridade em relação ao outro, significa buscar o seu bem para ajudá-lo na difícil tarefa de torná-lo virtuoso. A formação do cidadão virtuoso se insere na tradição denominada por McIntyre de comunitarismo (*communitarianism*), que propõe como uma alternativa, o pensamento sobre os diferentes modelos éticos-políticos liberais que são pautados no individualismo e atomização das sociedades pós-industriais, insistindo na recuperação da ideia de comunidade, restituindo a sociabilidade como um dos principais fundamentos para o desenvolvimento da identidade humana, tendo por objetivo uma participação direta de todos os cidadãos na vida política-pública (SILVEIRA, 2010, p. 229). O comunitarismo se apresenta como uma proposta que tece crítica aos modelos totalitarismo e liberalismo, pois a proposta é insistir na recuperação da ideia de comunidade e na socialização como algo fundamental para o desenvolvimento da identidade humana.

O campo das políticas públicas é fundamental para mudanças no contexto econômico, social e cultural dos alunos, mas é preciso que os agentes envolvidos na sala de aula ampliem sua concepção de aluno, visto que a escola apresenta uma lógica sistematizada e retilínea da realidade, em que o distanciamento do cotidiano do aluno, tende a engessar a prática de boas propostas de políticas públicas. Sobre a função do professor mediador em tentar fazer uma aproximação do aluno e da família, é importante que o professor não reproduza determinadas relações com os alunos que se baseiam em medidas morais punitivas, deixando o diálogo em segundo plano, ou ainda, ir para o outro extremo, em que, a falta de limites e a baixa tolerância a frustração, tendem a ser aspectos legitimados pela família e a cultura escolar, na qual o professor está inserido.

Embora o professor mediador tenha funções específicas isso não exime a responsabilidade dos demais professores em mediar diversos conflitos, que faz parte do cotidiano escolar do





aluno e interferem na realidade da sala de aula. Assim, a formação de professores sob a perspectiva da valorização ética, da amizade e da virtude, é de suma importância para que os professores não reproduzam visões estáticas sobre a dinâmica das relações que permeiam a sala de aula. Por outro lado, a valorização deste enfoque deve estar presente desde a formação inicial de professores, proporcionando-lhes visões e interpretações diferentes acerca do mesmo fato. Pois é difícil ao professor compreender como conduzir uma relação de rivalidade dentro da sala de aula, uma vez que não há uma regra em como agir em cada ação, mas há um meio termo (*mesotês*), em que se deve evitar o excesso e a falta. Portanto no processo de formação de professores é preciso haver o reconhecimento das estruturas sociais que envolvem a construção social de identidade dos alunos. Por formação de professores não se deve entender como cursos acabados e técnicas prescritivas, mas a formação ocorre por meio de reflexões críticas que podem proporcionar mudanças nas práticas dos professores.

As políticas públicas e, em especial as de formação de professores, que propõe iniciativas educacionais nas quais os valores morais são discutidos, levam os professores a se desvencilharem de práticas que se baseiem na reprodução de valores morais absolutos, incorporados pelo professor ao longo de sua vida. Segundo Candau (1996), diversos programas de formação continuada se enquadram em um viés da tradição de formação, em que se enfatiza a proposta de “reciclagem” dos professores, que significa “refazer o ciclo”, voltar e atualizar a formação recebida (CANDAU, 1996, p.141).

Tendo em vista uma definição mais pontual do conceito de formação de professores, as pesquisas vêm assumindo, enquanto possibilidades formais de desenvolvimento dos professores, dois domínios: o da formação inicial e o da formação continuada. A formação inicial trata-se dos processos institucionais que formam uma profissão e geram a licença para a sua prática, seu reconhecimento legal e público. Os cursos de licenciatura, segundo a legislação brasileira, são voltados à formação inicial de professores para atuação nos níveis fundamental e médio, e devem abranger o que a legislação propõe em relação aos seus objetivos, formatos e duração. Já a formação continuada diz respeito a iniciativas para auxiliar as práticas dos professores em exercício. Podem ter formatos e durações diferenciadas, assumindo um enfoque da formação como processo. Tanto poderá partir da





iniciativa dos interessados, como podem estar vinculadas a programas institucionais. Nesse caso, os sistemas de ensino, as universidades e as escolas são as principais instituições que trabalham com essa formação (CUNHA, 2013, p.612). Na formação de professores, uma das dificuldades presentes refere-se à dimensão ética da amizade, que historicamente tem permanecido em segundo plano, desvinculada das práticas pedagógicas de ensino. Isto se deve em parte, pela tradição dualista pela qual a concepção de ser humano foi dividida entre os aspectos racionais e emocionais, visão que tem se fortalecido, sobretudo a partir de Descartes. Na sala de aula, ainda perpetua propostas que preconizam apenas o desenvolvimento dos aspectos cognitivos de um conhecimento “enciclopédico”, excluindo assim a importância de como o aluno se relaciona com o conhecimento e com a sua formação integral.

Atualmente a sala de aula é um espaço, em que a produção do conhecimento é um processo focado apenas na transmissão do conhecimento científico, a partir da segmentação entre sujeito e o objeto. A proposta de trabalhar amizade na formação da “ética das virtudes”, também pode ser útil para a aprendizagem, ao conceber o aluno, como um indivíduo potencializado a uma participação ativa na sala de aula, que possa elaborar perguntas, hipóteses, sínteses, etc.

Segundo Carvalho (2016), podemos acreditar que a escola pode ser um espaço de crescimento, no qual a educação constrói seu papel de modo democrático e humano, sem ser arbitrária, onde os educadores possam construir relações mais sólidas sem serem normatizadores, podendo, em conjunto com os alunos, criarem alternativas, primeiro como reflexões e, posteriormente, como elaborações de propostas e posturas renovadas para enfrentar os desafios que a realidade escolar nos coloca (CARVALHO, 2016, p. 148). Embora os alunos mantenham diversos tipos de amizade dentro e fora da sala de aula, o principal agente intermediador entre o aluno e a apreensão do conhecimento é o professor, na medida em que as práticas pedagógicas requerem planejamento para o desenvolvimento do aluno enquanto sujeito ético e epistêmico.

Por práticas pedagógicas, “[...] se entende, como uma prática social que apresenta objetivos, finalidades e conhecimentos que se inserem na dimensão da prática social que





aglutina a relação teoria-prática, e é principalmente, para os educadores, a busca de condições necessárias à sua realização” (VEIGA, 1988, p.16). Não se pode pensar a teoria sem a prática, mas deve-se buscar uma ação pedagógica coerente. Quando apenas a teoria é enfatizada, há o risco das práticas pedagógicas se transformarem em objetos conceituais de contemplação em si mesma, ao passo que, quando apenas a prática é preconizada, há o risco das práticas pedagógicas se tornarem uma reprodução de valores do senso comum na sala de aula.

Além do dualismo entre teoria e prática, a cisão entre razão e emoção, também é um pensamento recorrente na sala de aula, que deixa a ética em segundo plano no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Nesse sentido, no contexto brasileiro, há preocupações em retomar o estudo da ética, como consta nas diretrizes curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>5</sup> (PCN), que propõem a inserção da formação ética e moral a partir de conteúdos transversais e interdisciplinares. Embora, o foco deste capítulo seja trazer as contribuições das práticas pedagógicas e formação de professores para o ensino fundamental e médio, essa preocupação também atinge a educação superior e em outros contextos sociais. Consta-se que, na prática, há críticas sobre o ensino da ética por meio de apostilas, no entanto, também ocorrem dúvidas de como os professores podem desenvolver práticas pedagógicas sobre a ética sem pressupostos cristalizados e universalizantes<sup>6</sup>.

Mesmo que a legislação educacional brasileira sobre a formação de professores, tenha avançado ao insistir no princípio da indissociabilidade entre teoria-prática na preparação desses profissionais e, para tal, determinou um aumento significativo da carga horária prática nas licenciaturas, isso não garante que as nossas instituições de ensino superior seguirão esse princípio e traduzirão em propostas curriculares tal ideia.

Entende-se que a formação de professores deva estar vinculada à história de vida dos professores e dos alunos, e por isso, é processo que está em constante construção, que supõe um embasamento teórico-prático que é vinculado à realidade de cada contexto específico da

---

<sup>5</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) têm por objetivo fornecer uma educação comprometida com cidadania, seguindo pressupostos para orientar a conduta escolar em quatro eixos: Dignidade da pessoa humana, Igualdade de direitos, Participação e Corresponsabilidade pela vida pessoal (BRASIL, 1998).

<sup>6</sup> As circunstâncias têm uma função preponderante na determinação da ação moral e isso tende a impedir toda generalização e universalização (ZINGANO, 2007b, p. 338).



sala aula. Portanto, as práticas pedagógicas devem romper com o imediatismo e o senso comum, mas não se esquecer da dimensão ética, o que implica em manter-se aberto ao outro, e perceber como as diferentes emoções perpassam a relação entre aluno-professor na sala de aula, e nem sempre coincide com a lógica pré-estabelecida da própria formação. A própria formação é uma prática que envolve experiências, relações pessoais, ensino e aprendizagem, um percurso de formação e de desenvolvimento de práticas pedagógicas que são singulares a cada espaço escolar, que torna a docência uma experiência que varia de acordo com cada circunstância.

A noção de formação humana ainda é fundamental em tempos que a ética está desintegrada, mas nos dias de hoje a formação humana faz sentido a partir da visão de nova *Paideia*, que se trata de uma prática essencialmente humana, em que: “a educação tende a refletir os paradigmas e o imaginário coletivo da sociedade de onde fala, reproduzindo valores, saberes, práticas, crenças, tradições; mas também vicissitudes, incertezas, perplexidades e contradições que permeiam o tecido social” (BOTO, 2002, p.11). Neste horizonte que envolve uma nova *Paideia*, a formação de professores necessita de uma atitude filosófica que seja incorporada como uma atividade do pensamento para indagar, refletir e nortear as ações pedagógicas do professor. Esse exercício não fará sentido sem presença de ações que preconizem a amizade e a alteridade na valorização do outro, visto que a capacidade de desenvolvimento do pensamento crítico cedeu lugar a uma racionalidade técnica e a uma moral transcendente baseada no senso comum. Diante desse panorama, a formação dos professores é fundamental em tempos que a sala de aula tem se fechado para o diálogo e reconhecimento da alteridade do outro.

A proposta de desenvolver práticas pedagógicas para formar eticamente o aluno por meio do hábito de agir virtuosamente, tem o intuito de justamente cobrir a lacuna que o ensino de princípios gerais teóricos sobre a ética não obtém êxito, pois a incorporação da virtude moral advém da experiência empírica do aluno com a sua realidade. As reflexões sobre a amizade como um elemento de formação ética serão úteis na discussão de exemplos cotidianos ao tratar dos dilemas morais que os alunos vivenciam na sala de aula. Pois quando o aluno se depara com uma experiência direta que envolva um dilema ético, é possível que ele avalie



seus desejos conflitantes e, no processo de elaboração das decisões que incidam em uma ação, o aluno e os demais agentes envolvidos poderão rever suas decisões e contribuir para consigo mesmos, com a escola e com a sociedade.

### Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2012.

BALDINI, M. **Amizade & Filósofos**. Tradução de Antônio Angonese e Laureano Pelegrini. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 2000.

BERTI, E.; MACEDO, D. D. **Aristóteles no século XX**. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1997.

BOTO, C. Por uma ética em profissão: rumo a uma nova Paideia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, p. 9-25, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares**. Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: Tendências atuais. In: REALI, A.M. de M.R. e MIZUKAMI, M. da G.N. (orgs.). *Formação de professores: Tendências atuais*. São Carlos: UFSCAR, pp. 141-152.

CARVALHO, A. B. **A relação professor e aluno**. Curitiba: Appris, 2016.

CUNHA, M. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 609-626, 2013.

GADAMER, H. **Verdade e Método**. trad. Flávio Paulo Meurer. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 1999.

HERMANN, N. A Abertura ao Outro. **Ética & educação: outra sensibilidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 121-151.

MACINTYRE, A. **After virtue**. London: Bloomsbury Academic. 2011.

ORTEGA, F. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

ROSSO, E. Proposição de minidicionário de frases latinas usadas na Conscienciologia. **Revista Conscientia**, v. 16, n. 4, p. 441-456, 2014.





SANTOS, J. R. A Moodle nas práticas pedagógicas de uma escola básica: realidade ou ficção na inserção das TIC em sala de aula. **Educação, Formação & Tecnologias-ISSN 1646-933X**, v. 5, n. 1, p. 72-83, 2012.

[SILVA, D. J.](#) Ética, educação e desafios contemporâneos. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Online)**, v. 4, p. 175-192, 2014.

VEIGA, I. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. Tese de doutorado. UNICAMP – Universidade de Campinas – SP, 1988.

ZINGANO, M. Lei moral e escolha singular na ética aristotélica. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de Ética Antiga**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007b. p. 327-362.

\_\_\_\_\_. A conexão das virtudes em Aristóteles. In: \_\_\_\_\_. **Estudos de Ética Antiga**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007d. p.393-425.

